

Feminicídio no Brasil

Em 25 de novembro de 1960, na República Dominicana, as três irmãs Mirabal foram covardemente assassinadas por exercerem oposição ao governo ditador daquele país. Em decorrência do crime, em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas intitulou o dia da morte das irmãs como o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher. A ONU convidou Governos e demais agentes sociais a organizarem atividades e disseminarem a discussão com o intuito de atrair a atenção e mobilizar a sociedade. De fato, o movimento social consolidou-se pelo mundo, sendo criado o Dia Laranja.

No Brasil, infelizmente, os índices denotam um cenário ainda lastimável. Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), só em 2017, foram 4.600 casos de feminicídios. Ou seja, entre 12 e 13 mulheres são mortas todos os dias em virtude do seu gênero. No Estado de São Paulo, o maior da federação, conforme base de dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), houve um aumento de 44% em casos de feminicídios no 1º semestre de 2019. Aliás, se contabilizarmos as ocorrências de violência de outras naturezas, por exemplo: lesão corporal, estupro, ameaça, sequestro e assédio, o resultado é ainda mais estarrecedor e dramático.

Desenvolver políticas públicas de conscientização e combate à violên-



cia contra a mulher é imprescindível para neutralizar a disparada do feminicídio. No Brasil, em 7 de agosto de 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha, com o objetivo de penalizar com austeridade os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Após 13 anos de vigência, a Lei Maria da Penha é símbolo nacional da luta das mulheres contra a opressão e a violência. Em 2015, a Lei do Feminicídio entrou em vigor para fortalecer a legislação.

Além disso, o Governo precisa designar de forma objetiva um dispositivo de segurança para que a mulher violentada se sinta segura e acolhida para denunciar o crime. Vale destacar que a maior parte das ocorrências de agressão parte do companheiro ou alguém próximo do convívio familiar, o que por diversas vezes contribui para a mulher se omitir às autoridades. À título de exemplo, no Estado de

São Paulo são 133 Delegacias da Mulher (DDM) em todo território paulista: 16 na Grande São Paulo, 9 na Capital Paulista e 108 no Interior, sendo que 10 são DD-Ms que funcionam 24h. No 1º semestre de 2019 foi lançado o aplicativo de celular chamado SOS Mulher, que com um simples acionamento, a Polícia Militar rastreia o local da chamada e de imediato direciona a viatura mais próxima ao local. Há ainda o número 180 que qualquer cidadão pode ligar de forma anônima e registrar a denúncia.

No âmbito Municipal, Santos é a primeira cidade da região a ter disponível uma DDM 24h, resultado do trabalho de nossos representantes. Visando prevenir que casos de desinteligência familiar se tornem crime de feminicídio, a vereadora Audrey Kleys apresentou proposição da Lei Respeitar, que foi sancionada em meados de 2019. A Lei visa coibir a violência e à conscientização dos homens sobre atos que caracterizem violência doméstica e familiar. Fica assim evidente a valia social presente na consolidação das leis e nas políticas públicas de prevenção e de combate à violência contra a mulher, fazendo-se salutar o comprometimento da população para propagar as informações com o escopo de combater e fortalecer essa luta. O desafio continua!



NA BULEVARIA DO LITORAL

Olha a hora. O vereador Ademir Pestana (PSDB) comemorou o possível retorno dos relógios e totens/placas inteligentes. As estruturas deverão retornar para as vias de Santos ainda durante o verão.

Previsão. O anúncio da volta dos relógios foi publicado pelo portal da Câmara de Santos. No texto, a Casa de Leis afirma que uma licitação que está em andamento prevê contratação de empresa responsável para realizar as instalações. O requerimento questionando os trâmites foi apresentado em sessão plenária da Câmara em julho.

Reclamação. Segundo o parlamentar, após a retirada dos mesmos, diversos munícipes entraram em contato com seu gabinete questionando se os equipamentos retornariam em algum momento. Em setembro deste ano, a Secretaria de Comunicação e Relações Institucionais informou através da imprensa local, que a expectativa é para que na temporada de verão 2019/2020 os equipamentos já estejam em funcionamento.

Educação. A diretoria da União dos Vereadores da Baixada Santista se reuniu na última semana de novembro com a deputada federal Rosana Valle (PSB-SP), em Santos. Os parlamentares pleiteiam uma agenda com representante do Ministério da Educação, para tratar sobre o fim do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que por força de lei federal tem validade até 31 de dezembro de 2020.

Proposta. A ideia do colegiado é que o representante do Governo Federal ainda participe da Audiência Pública sobre o Fim do Fundeb, iniciativa que está sendo fomentada pela vereadora santista Audrey Kleys (Progressistas) e que deve ocorrer em Santos, no dia 7 de fevereiro de 2020. Antes da audiência, os parlamentares ainda vão organizar as demandas dos representantes dos conselhos de educação de cada município para ter conhecimento sobre o real impacto desta decisão.

Ausente. A vereadora Andressa Salles completa hoje (5) um mês sem atender a uma sessão ordinária da Câmara de Guarujá. Alegando que está com problemas de saúde e de licença desde o dia 12, a parlamentar esteve presente apenas na 33ª Sessão Ordinária de 2019, no dia 29 de outubro, mas iniciou uma sequência de faltas nas 34ª sessão, realizada no dia 5 de novembro. Nesse meio tempo, Andressa teve seu gabinete vistoriado pela Polícia Federal, que realizou uma apreensão no local. A ação fez parte das investigações de irregularidades e desvio de verbas relacionados à compra de merenda escolar.